

ENCONTRO COM COORDENADORES PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURA¹

NILSON VITAL NAVES*

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça
e Diretor-Geral da Enfam*

O ano 2007, histórico, inaugurou novos tempos para as escolas da magistratura no Brasil. A instalação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, a definição do seu modelo institucional e operacional, a formação do grupo de colaboradores, a edição das primeiras resoluções, as reuniões iniciais com diretores das escolas nacionais... Estávamos ali ditando, de modo decisivo, creio, o futuro da Justiça. Quantos alvos! Entre eles, talvez o mais desafiador, o de transcendermos as fronteiras dos Estados e regiões. Cheguei a dizer, num dos nossos primeiros eventos, que haveríamos de percorrer distâncias dentro de nós mesmos – por certo, as maiores! Sim, porque outras distâncias já haviam sido palmilhadas – o tempo e a experiência podem bem apontar as etapas do nosso amadurecimento.

Já 2008 foi um ano marcado pela interação: juntamente com as escolas, buscamos um caminho consensual para a consolidação da proposta filosófica e metodológica da Enfam. Foi, ainda, um ano de aprendizagem, de multiplicação também. Pois vejam que a Escola Nacional e o Ministério da Justiça conjugaram esforços voltados para a formação de nova cultura respeitante aos programas de capacitação de magistrados. Tal parceria resultou nos bem-sucedidos cursos voltados para a aplicação da lei que dispõe sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como voltados para técnicas de mediação e composição de conflitos.

¹ Palavras proferidas na abertura do encontro com coordenadores pedagógicos das escolas de magistratura, Brasília, 17.2.09.

Em boa verdade, pelo menos é o que ando entendendo, o aumento das exigências da prestação jurisdicional tem-nos feito tomar o rumo dialógico na busca do aperfeiçoamento, do que depende e dependerá a saúde da magistratura nacional.

Daí a atuação – fundamental, diria eu – da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados como mediadora desse debate democrático. Hoje nos reunimos, vejam, para dar abertura ao primeiro encontro de coordenadores pedagógicos das escolas judiciais. Trataremos, minuciosamente, de temas os mais variados respeitantes à proposta pedagógica da Enfam, que vão desde as razões que levaram à eleição do estudo de caso como abordagem metodológica até à aplicabilidade do ensino a distância. É bom que se diga que os conteúdos definidos, bem como a metodologia escolhida, foram submetidos às trinta e duas escolas nacionais da magistratura. Foi significativa a contribuição para o aperfeiçoamento do trabalho, e, a partir das sugestões apresentadas, ficou evidente a necessidade de contarmos com outros magistrados e profissionais que nos pudessem ajudar na construção desse modelo de ensino.

O nosso objetivo maior, pois, é, com este evento, estimular a uniformidade de atuação das escolas judiciais e, é claro, respeitando a autonomia didático-pedagógica, consolidar uma unidade programática que assegure a formação humanística do juiz com ênfase nos aspectos práticos da vida judiciária, na ética e na deontologia do magistrado. Aliás, esse é o caminho, penso, que nos levará a falar a mesma linguagem em termos de justiça.

À vista disso, deixo aqui o meu apelo: que esta reunião seja realmente um encontro de vontades voltadas para o bem da magistratura. Que tenhamos um discurso de convergências, e não de divergências. Por isso evoco, aqui, o princípio vital da democracia, que é transformar ideias,

muitas vezes antagônicas, em soluções e, no nosso caso, em soluções que fortaleçam o Poder ao qual temos a honra de pertencer.

Com isso, ganhará a Justiça – vocação e destino nosso e esperança dos jurisdicionados.